



## **Análise: O que afeta a competitividade do campo**

Problemas logísticos, pobreza rural, falta de tecnificação e pouca disposição do País em participar de negociações externas são obstáculos.

O agronegócio brasileiro é parte fundamental da própria história do País, desde os ciclos econômicos da cana-de-açúcar e do café, tendo sido essencial no financiamento da criação da indústria nacional.

Foi beneficiado pelos investimentos em transportes interligando as várias regiões do País, com recursos públicos e externos, e por um fluxo intenso de imigrantes que trouxe o capital humano e social em que o País era extremamente deficiente.

O moderno e diversificado agronegócio - altamente competitivo em alimentos, agroenergia e fibras - tem suas raízes no pós-Segunda Guerra, com a superação da crise mundial dos anos 1930 e a recuperação e a liberalização do comércio internacional.

O Brasil equipou-se, nos anos 1960, com um conjunto de políticas agrícolas - de crédito, preços e estoques reguladores - e, um pouco mais tarde, com o Sistema Nacional Pesquisa Agropecuária. Nos anos 1980, o primeiro conjunto de políticas foi relegado a um segundo plano, em decorrência das dificuldades econômico-financeiras do Estado.

Ao mesmo tempo uma guerra de subsídios entre Estados Unidos e Europa lançava o mundo num profundo protecionismo, que prejudicou especialmente o Brasil. Felizmente o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento agrícola foi mantido, ainda que, talvez, em grau insuficiente.

Como resultado das novas tecnologias disponíveis e do capital humano que se espalhavam até as fronteiras a Oeste e Norte, estabeleceu-se um sistema agroindustrial, com importante participação do capital externo.

A principal e estratégica alavanca desse desenvolvimento foi a produtividade do segmento primário, baseada em inovações que eram adotadas pela massa de produtores rurais empreendedores e de porte minimamente adequado.

Somam-se a ela, de um lado, a manutenção de um mecanismo público de financiamento do investimento - por meio do BNDES, e de outro, de mecanismos criativos de financiamento de capital de giro - pela ação das empresas agroindustriais, embora a juros elevados, típicos da economia brasileira - e de fixação de preços baseados nas bolsas de mercadorias brasileira e internacionais.

Mesmo assim, ainda a grande maioria de produtores rurais, de pequeno porte e voltados para o mercado interno, mantém-se com renda muito baixa e exageradamente volátil.

É um contingente operando em pequena escala e sem condições de adotar as modernas tecnologias e realizar os investimentos que a produção competitiva e globalizada demanda.

Maior renda. Na zona rural e especialmente no Nordeste, remanesce o predomínio da pobreza e da sujeição aos eventos climáticos extremos. Trata-se de problema grave a merecer apoio mais eficaz do Estado, bem mais do que programas de transferência de renda e de socorro emergencial.

A educação, a saúde e o bem-estar rural precisam ser promovidos em direção à geração maior de renda rural, tirando a população do dilema entre a extrema pobreza ou a migração, engrossando o contingente urbano já conturbado e congestionado.

Para a maioria da sociedade brasileira - hoje, predominantemente urbana - investir no agronegócio mostrou-se altamente compensador. O agronegócio, considerado no seu todo, conseguiu crescer num ambiente bastante inóspito, com preços que desabaram por três décadas, fenômeno que, à custa da renda potencial agrícola, beneficiou largas camadas da população brasileira, particularmente as mais pobres, pela redução da fome e da desnutrição, melhor distribuição da renda e redução da pobreza.

O agronegócio é também o principal gerador da reserva de divisas com que o País conta atualmente.

O agronegócio, à medida que crescia, atingiu um estágio de elevada concentração tanto na produção primária - face a economia de escala que prevalece nas principais atividades agropecuárias - como na agroindustrial onde, pela mesma razão, a expansão se dá pela concentração do capital e fusões e aquisições.

Em balanço, prevalece um grande desequilíbrio de poder de mercado entre o segmento primário e os demais dentro do agronegócio, fato que tem merecido a atenção dos órgãos responsáveis pela manutenção da concorrência.

De qualquer forma, na outra ponta do mercado, o consumidor brasileiro beneficiou-se muito na proporção em que o custo de vida caía.

Mercado estratégico. O mercado externo é fundamental para a continuidade do crescimento do agronegócio brasileiro. Sem sua expansão teria sido inviável o desenvolvimento do agronegócio, diante de um lento crescimento da economia interna, incapaz - ainda que em melhores condições - de absorver o grande volume de produção que o agronegócio gera.

Essa elevada escala de produção é estratégica para a competitividade do agronegócio.

O mercado externo dos produtos do agronegócio, após uma fase de crescimento muito forte na primeira década de 2000, deverá desacelerar-se moderadamente.

Somem-se a isso as prováveis revalorização do dólar e subida dos juros externos, que em conjunto tendem a deprimir os preços internacionais, mas dificilmente a ponto de baixá-los a patamares inviáveis em face da competitividade do Brasil.

Há uma grande parte da população mundial cuja renda cresce rapidamente e, com ela, a demanda por produtos de origem agropecuária.

A desaceleração do mercado externo fará pesarem bem mais as práticas protecionistas dos países desenvolvidos - a aposta nas negociações via OMC mostrou-se enganosa.

Na mesma direção, serão sentidas as notórias deficiências logísticas (transporte, armazéns, portos) no Brasil, que o setor público tem tanta dificuldade de sanar.

É preciso investir eficientemente na qualidade e sanidade de produtos processados, especialmente os de origem animal, para conquistar mercados de maior poder aquisitivo.

Os cuidados ambientais e as condições de trabalho no campo devem ser alçados ao primeiro plano.

Grande esforço e habilidade se farão necessários nas negociações internacionais, que se direcionam para a formação de grandes áreas de livre comércio entre nações mais ricas e/ou de maior dinamismo econômico, processo do qual o Brasil não tem participado.

Geraldo Barros é coordenador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Cepea/Esalq-USP)